

## **Declaração Política da II Conferência Extraordinária da ORM — POLÍTICA OPERÁRIA**

1. A vida política brasileira caracteriza-se, neste momento, pelo avanço do processo de radicalização que vem marcando o país nos dois últimos anos. Tal radicalização decorre, fundamentalmente, do esgotamento da fase de expansão capitalista, que forçou a burguesia a apelar para novos métodos de exploração dos trabalhadores, substituindo a política inflacionária pela de estabilização financeira. Para a efetivação desta política antipopular, a burguesia precisou apoiar-se nos setores mais reacionários da sociedade brasileira, representados pelos grupos latifundiário-exportadores e pelo imperialismo.

2. A aliança política que a burguesia contraiu com a reação, a fim de garantir o êxito de sua política financeira, levou-a a renunciar às transformações de estrutura que pretendia introduzir, e que visavam a abrir novas perspectivas para o sistema capitalista no país. A política externa "independente" converteu-se em "slogan" vazio, incapaz de encobrir o servilismo com que o Governo brasileiro obedece ao comando do imperialismo norte-americano. A recomposição com as forças políticas de base latifundiária dissipou a ilusão dos que esperavam desse Governo uma solução para o problema agrário, e o vêem marchar agora para o encaminhamento de medidas conciliatórias, cujo resultado será não a libertação dos camponeses, mas o aburguesamento do latifundiário.

3. A despeito dessa política de aliança com o que existe de mais reacionário na sociedade brasileira, o Governo burguês do Sr. João Goulart procura manter o controle das massas trabalhadoras, consciente de que, sem o consentimento destas, não se sustentará muito tempo no poder. Ao esforço desesperado para não perder a liderança do processo de reformas de base, soma o Sr. João Goulart o ataque às organizações direitistas e filo-imperialistas, como o IBAD e o IPES, com o que pretende apresentar-se ao povo como defensor do nacionalismo e da democracia. Simultaneamente, reforça o seu dispositivo militar, expurgando-o dos elementos mais radicais que poderiam impeli-lo a tomadas de posição contrárias à política centrista que adotou. Sabe o Sr. João Goulart que a burguesia não o acompanharia em qualquer aventura que implicasse um rompimento definitivo com a reação fundiária e imperialista, e a colocasse na dependência exclusiva do apoio popular. Seus compromissos de classe com aquelas forças a impedem de fazê-lo, como também o exemplo próximo e temido da Revolução Cubana. Mais do que tudo, porém, não poderia a burguesia abraçar tal política em virtude da situação econômico-financeira que enfrenta hoje o país.

4. São, com efeito, as condições materiais do Brasil que forçam a burguesia a descarregar sobre as massas o ônus da sua política de sobrevivência de classe, cuja essência consiste na defesa do lucro à custa da desvalorização do salário real dos trabalhadores. Para as massas, tal política importa em desemprego e em rebaixamento do seu padrão de vida. Em consequência, amplia-se a distância que separa as soluções burguesas das soluções operárias, e os trabalhadores experimentam na carne as limitações que o sistema capitalista oferece ao atendimento de suas reivindicações mais vitais.

5. O divórcio que se verifica, no plano político, "entre a burguesia e a classe operária" e que constitui o fator último da fase de radicalização que atravessamos, retira qualquer viabilidade às soluções reformistas que as lideranças tradicionais da esquerda insistem em preconizar. Enquanto os reformistas perseveram no apoio às posições burguesas, a massa operária vê, diariamente, o Governo burguês deslocar o seu centro de gravidade para a direita, ceder às imposições dos especuladores e dos sonegadores de produtos de primeira necessidade, reprimir os movimentos grevistas, concluir os mais vergonhosos acordos com as empresas e os governos imperialistas, negar qualquer possibilidade de melhora para o sofrimento dos trabalhadores do campo. Acentua-se, portanto, o descrédito nas lideranças reformistas, cuja incapacidade não lhes permite abrir novas perspectivas para a expressão política das aspirações populares.

6. Os movimentos e as recomposições que se verificam na área das forças populares exprimem essa situação. A radicalização operada nas Forças Armadas rompe a tradição que colocava sargentos e soldados à mercê das preferências políticas de seus generais, e que os excluía de uma intervenção direta na luta entre explorados e exploradores, base objetiva da política nacional. A articulação dos sargentos em torno dos interesses populares abalou o regime latifundiário-burguês no que ele tem de mais vital — a capacidade de reprimir prontamente os movimentos de massa — ao mesmo tempo em que desmascarou os generais que, aparentando uma falsa identificação com esses interesses, nada mais fazem que funcionar como guardas pretorianos da burguesia. A união das lideranças sindicais na CGT, visando aumentar seu peso na vida política, pôs a nu o verdadeiro conteúdo do populismo que pratica o Sr. João Goulart, o qual, tudo fazendo para frustrar a formação da Central Operária e dividir o movimento sindical, deixou claro não estar interessado no fortalecimento da organização operária. O comportamento da Frente de Mobilização Popular, através da qual as lideranças tradicionais da esquerda procuraram adaptar-se às novas condições criadas pela radicalização política, evidenciou

que os compromissos que têm com as classes dominantes e seu apego aos velhos métodos de atuação não as habilitam a responder às aspirações atuais da massa trabalhadora.

7. A experiência está mostrando, portanto, a necessidade de colocar em novos termos as lutas políticas no país, a fim de que expressem realmente as relações de classe que hoje prevalecem. São cada vez mais maduras as condições para uma política independente da classe operária. Isto significa trazer ao cenário nacional uma perspectiva própria do proletariado para a solução dos problemas brasileiros, em contraposição às alternativas burguesas existentes. Os fatos demonstram que tal política não poderá ser levada a cabo pelas lideranças reformistas e que se faz mister o surgimento de novos quadros, diretamente ligados às massas populares. Um fracasso da esquerda, perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista.

8. O momento brasileiro reclama um instrumento capaz de mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo e de lançá-los à arena política, com fisionomia própria e peso específico. POLÍTICA OPERÁRIA propõe, para isso, a todas as forças revolucionárias do país, a Frente da Esquerda Revolucionária, O conteúdo desta será dado pela liderança que a classe operária assumirá no processo da luta, agrupando todas as classes exploradas e livrando as batalhas que liquidarão definitivamente a dominação latifundiária-burguesa no Brasil.

São Paulo, julho de 1963.

*(Publicado na revista Política Operária Nº 7, outubro de 1963.).*